

**ÁRABES EM REVOLTAS:  
NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES  
DA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA**

*Fabio Ferreira Agra\**

*Marcus Antonio Assis Lima\*\**

**RESUMO:**

Quando se iniciaram as revoltas árabes de 2011, termos como fundamentalistas e radicais islâmicos se sobressaíram nas narrativas da imprensa e contaminaram as primeiras análises destinadas a explicar os objetivos das insurgências. Os interesses da população dos países envolvidos nas revoltas foram minimizados diante dos discursos que a imprensa fez repercutir: o posicionamento das potências europeias, de Israel e, sobretudo, dos Estados Unidos, em relação às revoltas árabes. Este trabalho tem por objetivo, então, fazer uma reflexão sobre as narrativas e representações das revoltas de 2011. A reflexão passa pela teoria do enquadramento, conforme proposição de Entman (1991); considerando que os veículos de comunicação constroem, portanto, representações que, segundo Chartier (2002) “são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”. Além disso, usamos para análise a Teoria Social do Discurso, proposta por Fairclough (2001), como suporte teórico-metodológico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa; Discursos; Narrativas; Representações; Revoltas Árabes.

**Introdução**

Partindo dos acontecimentos das revoltas Árabes de 2011 e considerando fatores como política e ideologias, acreditamos que a imprensa brasileira, no que tange ao jornalismo internacional praticado sobre os países árabes, ainda apresenta um discurso voltado para referenciar as potências econômicas e políticas do Ocidente e reverberar representa-

---

\* Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

\*\* Professor Adjunto da Uesb. Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

ções que depreciem os povos que estão localizados entre o Magrebe e o Oriente Médio. No caso específico das revoltas árabes de 2011, os países externos ao mundo árabe, como as potências econômicas e políticas ocidentais, foram considerados tão ou mais importantes nas narrativas jornalísticas do que os próprios atores sociais que derrubaram presidentes e estão modificando as relações políticas nos países árabes. Além do mais, o uso de termos e expressões que desqualificassem os árabes serviu para referendar os discursos midiáticos.

Estando as narrativas e suas representações dentro da dimensão do conjunto dos discursos – “manifestados nos modos particulares de uso da linguagem e de outras formas simbólicas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22) –, o trabalho será analisado a partir da perspectiva da Teoria Social do Discurso, proposta por Fairclough (2001). A Teoria Social do Discurso propõe analisar o papel da linguagem na transformação social e diz que “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22). Além deste suporte teórico-metodológico, buscamos também referências nos estudos das teorias de enquadramento de Entman, de representação de Chartier e nos estudos sobre orientalismo de Edward Said. Essas quatro vertentes teóricas se completam na pesquisa, que tem como escopo comprovar que a imprensa tem suas preferências político-ideológicas e usa seus discursos, muitas vezes velados em reportagens, com o intuito de corroborar seus posicionamentos.

O conhecimento, entendimento e aproximação do leitor brasileiro em relação ao mundo exterior – neste caso, o Oriente Médio e norte da África – advêm das narrativas, das construções discursivas, das representações sobre lugares e pessoas. E na contemporaneidade, a imprensa exerce papel influente para difundi-los. Com palavras e imagens, os veículos expõem os acontecimentos, propõem uma cronologia dos fatos e elegem os personagens que devem ser postos em destaque. Assim, o mundo exterior é sintetizado e ordenado pelos jornalistas, antes mesmo que ele chegue ao público por meio do rádio, do jornal impresso, da TV, dos sites de notícias e das revistas.

É justamente este último meio de comunicação, constituído pelas revistas, que nos interessa. Mais especificamente, tomamos como *corpus* os semanários *CartaCapital* e *Veja*. No Brasil, as revistas semanais de informação são, na nossa compreensão, os veículos que tratam com mais análises os acontecimentos internacionais.

A *Veja* é uma das pioneiras na implantação de uma editoria dedicada aos assuntos internacionais ao montar ainda nos anos 1960 equipes de redatores especializados em política externa (Natali, 2004, p. 44). A consolidação no Brasil de um jornalismo com equipes voltadas para tratar de assuntos externos inicia-se nesse momento com a implantação das revistas semanais. Após 40 anos, durante os levantes árabes de 2011, as reportagens produzidas por *Veja* e *CartaCapital* continham assinaturas de jornalistas brasileiros. Entre os meses de janeiro e abril daquele ano, período em que havia vários países árabes envolvidos em revoltas, somadas as revistas, foram produzidas 32 reportagens sobre o tema (18 pela *Veja* e 14 pela *CartaCapital*).

### **Ocidente e árabes – uma relação de poder e discurso**

Organizações e grupos políticos árabes/muçulmanos, como Al Qaeda e Talibã, foram os principais alvos das ações das potências ocidentais no combate ao terrorismo, na primeira década no século 21, em decorrência dos ataques de 11 de setembro de 2001. No contexto que abrangeu as primeiras ofensivas ocidentais, tais como as intervenções estadunidenses no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), o Islã e os árabes foram estigmatizados por meio do discurso da imprensa.

O uso de termos genéricos para designar os grupos que fazem parte das populações árabes ou da religião islâmica, as invasões ocidentais aos países da região, supostamente para implantar modelos políticos de acordo com os interesses dos Estados Unidos, e a constante intervenção estrangeira nos assuntos políticos e econômicos dos países do Oriente Médio e do norte da África são fenômenos indicativos de presença imperialista, sobretudo dos Estados Unidos, na região.

O discurso construído sobre os árabes/muçulmanos – assimilados como fundamentalistas, radicais e terroristas a expensas de uma verdadeira compreensão sobre as diferentes vertentes da religião islâmica e dos grupos políticos que atuam nos países árabes – são revelados ao público atualmente, principalmente, por meio da imprensa. Esta prática discursiva de usar termos depreciativos em relação aos árabes não é nova, mas se reflete no presente como resultado de todo um movimento de narrativas de escritores e acadêmicos do século XIX e início do século XX, momento de expansão do império britânico para o Oriente Médio e Índia. Said (1990, p. 211-212) afirma:

Um dos desenvolvimentos importantes do orientalismo do século XIX foi a destilação de ideias essenciais sobre o Oriente – a sua sensualidade, sua tendência ao despotismo, sua mentalidade aberrante, seus hábitos de imprecisão, o seu atraso – em uma coerência separada e incontestada; deste modo, o uso da palavra *oriental* por um escritor era uma referência suficiente para o leitor identificar um corpo específico de informação sobre o Oriente.

Essa é a ótica que domina as notícias relativas aos países árabes. São, na maioria das vezes, análises e narrativas distorcidas pelo olhar do jornalista estrangeiro, principalmente no que toca aos conflitos e revoltas que se desenrolam na região do Oriente Médio e norte da África, como ressalta Corm (2013, p. 26):

Em geral, a apresentação de um conflito abstrai a multiplicidade de fatores que levaram ao seu desencadeamento. Ela se contenta em distinguir os “bons” dos “maus”, fazendo uma caricatura das questões em jogo. Os protagonistas são designados por suas afiliações étnicas, religiosas e comunitárias, o que supõe uma homogeneidade de opiniões e comportamentos no interior dos grupos assim designados.

Os discursos produzidos nos meios de comunicação ocidentais estão, na maioria das vezes, numa sintonia com os interesses político-econômicos das potências ocidentais sobre a região do Oriente Médio. Um exemplo vem do tratamento dado ao Iraque duran-

te os eventos de 2003: a grande imprensa, no mínimo, se omitiu ao postergar a decisão de desmentir os Estados Unidos no seu argumento de que a guerra era necessária porque Saddam Hussein mantinha armas de destruição em massa. Tal atitude, potencializada pelo uso das expressões “terrorismo” e “guerra ao terror”, logrou difundir o medo nas sociedades europeias e estadunidenses em relação a tudo que envolvia os árabes/muçulmanos. Castells (2011, p. 13) salienta, em sua análise sobre a invasão ao Iraque, que:

A influência mais determinante que a mídia exerce sobre a política não decorre do que é publicado, mas sim do que deixa de sê-lo. Do que é ocultado, deixado na moita. A atividade midiática baseia-se numa dicotomia: o que existe na mente do público é apenas o que existe através da mídia. A sua potência fundamental reside então na faculdade de ocultar, de mascarar, de condenar à inexistência pública.

Justin Lewis (2011, p. 47), em pesquisa realizada na imprensa da Grã-Bretanha sobre o valor-notícia, ou seja, qual acontecimento vale a pena ser publicado, em relação aos muçulmanos, revelou que, entre 2000 e 2008, 36% do foco principal das histórias publicadas na mídia da Grã Bretanha eram sobre terrorismo, 22% sobre questões religiosas e culturais, mas que tratavam sobre a *Sharia*, o uso do véu, casamentos forçados, que se juntavam aos relatos das diferenças de valores entre o Ocidente e o Oriente tomadas como um problema; e 11% das histórias eram sobre o extremismo islâmico. Os autores destacam, ainda, que pouquíssimos termos serviam a uma valoração positiva, e os discursos eram sobre terrorismo, irracionalidade e perigo que os muçulmanos ofereciam. Na introdução do livro que traz a pesquisa de Lewis, Petlhey and Richardson (2011, p. xv) enfatizam os termos utilizados em outras duas categorias analisadas por Lewis:

Verificou-se que os substantivos mais comuns usados em relação a muçulmanos britânicos foram terrorismo, extremista, islâmico, suicida e militante, com muito pouco uso de substantivos positivos,

como estudiosos. Os adjetivos mais comuns usados foram radical, fanático, fundamentalista, extremista e militante.<sup>1</sup>

Petley e Richardson concluem que as coberturas midiáticas dos meios de comunicação britânicos sobre fatos envolvendo os muçulmanos são distorcidas, exageradas, simplificadas e, até mesmo, algumas vezes, pautadas em fatos inventados. Eles ressaltam que “a cobertura é susceptível de provocar e aumentar os sentimentos de insegurança, desconfiança e ansiedade entre os não-muçulmanos”<sup>2</sup> (PETLEY; RICHARDSON, 2011, p.xi).

Os sentimentos e as informações que as pessoas adquiriram recentemente sobre os árabes e muçulmanos, de alguma forma, se constituíram em base de sustentação para julgamentos e ações contra a religião islâmica, que vão desde a difusão de declarações xenófobas a atitudes contra aqueles que aceitam uma sociedade multicultural, gerando mais intolerância.

Na França, quando passou a vigorar a lei que proibia o uso em público de burca ou *niqab*, os meios de comunicação deram vazão a discursos afirmativos da grande dicotomia entre Ocidente e Oriente, cristãos e muçulmanos, e proporcionaram a sedimentação de estigmas e preconceitos em relação aos muçulmanos. Destaca Todorov (2010, p. 19):

Algumas figuras midiáticas aproveitam todas as oportunidades para declarar que o islã enaltece o ódio e a violência, que se trata da religião mais tola do mundo, que os filhos dos imigrantes maltratam a língua francesa ou que se deve ter orgulho em ser islamóforo. Na Holanda, um populista inflamado, Pim Fortuyn, publicou um livro,

---

<sup>1</sup>O texto original se encontra em inglês: “it was found that the most common nouns used in relation to British Muslims were terrorism, extremist, Islamist, suicide bomber and militant, with very little use of positive nouns such as scholar. The most common adjectives used were radical, fanatical, fundamentalist, extremist and militant.” Trad. por Fábio Agra.

<sup>2</sup>“The coverage is likely to provoke and increase feelings of insecurity, suspicion and anxiety among non-Muslims.” Trad. Fábio Agra.

cujo título é *Contra a islamização de nossa cultura*. [...] Filip Dweinter, dirigente do partido Interesse Flamengo, na Bélgica, declarou: O islã é o inimigo número 1 não só da Europa, mas do mundo livre inteiro. [...] O efeito dessa atmosfera hostil implica que as pessoas, dotadas de identidade muçulmana, sentem-se rejeitadas da sociedade em que vivem e retraem-se ainda mais em suas tradições, reais ou sonhadas.

O caminho traçado pela imprensa estadunidense e europeia, a partir de 2001, ganhou espaço no Brasil. A imprensa brasileira também se pautou pela desqualificação dos árabes/muçulmanos, mediante o uso de termos indicativos de inferioridade, e pela associação desses povos ao terrorismo.

Quando as revoltas de 2011 começaram, o uso de palavras como fundamentalistas e radicais islâmicos ainda se sobressaíam nas narrativas da imprensa e contaminaram as primeiras análises destinadas a explicar os objetivos das insurgências e a qualificar os grupos que estavam à frente. Além de que, as pautas das revistas *CartaCapital* e *Veja* repercutiram o posicionamento das potências europeias, de Israel e, sobretudo, dos Estados Unidos, deixando à margem os interesses da população dos países envolvidos nas revoltas, minimizando ou suprimindo informações importantes, como a participação de grupos cristãos nas revoltas do Egito.

## **Narrativas e representações**

As ideias propagadas, as informações omitidas, a valorização de um grupo e desvalorização de outros fazem parte de uma engrenagem que movimenta as relações entre as pessoas no mundo e que perpassa pelos meios de comunicação. Por meio desses mecanismos, na sociedade contemporânea, grupos atribuem valores de acordo com sua visão de mundo e do interesse para aquilo que lhes chamam atenção.

Para que essa engrenagem funcione é necessário o uso da linguagem, meio ao qual os seres humanos não somente compartilham valores e códigos, mas também realizam construções discursivas (HALL, 2013, p. xxii). A linguagem para Hall (2013) é o meio ao

qual as coisas fazem sentido e os significados são produzidos e trocados. Assim, “língua-gem é central para o significado e à cultura e sempre foi considerada como o repositório chave de valores e significados culturais”<sup>3</sup> (HALL, 2013, p. xvii).

A linguagem é o meio que carrega e expõe os significados que atribuímos aos fenômenos do mundo e por onde expomos também nossas ideias e conceitos sobre as mais diversas esferas da sociedade. Como ressalta Hall (2013, p. xvii): “A língua-gem é um dos 'meios', através do qual os pensamentos, idéias e sentimentos são representados em uma cultura. Representação através da linguagem é, portanto, fundamental para os processos pelos quais o significado é produzido”.<sup>4</sup> A interpretação, o significado e a importância dada a determinado acontecimento vão depender também a qual cultura este sujeito está inserido. A percepção sobre os acontecimentos e posteriores significados são construídos segundo visões sócio-históricas.

Ao dar significado a um acontecimento, o sujeito logo irá representá-lo de alguma forma, seja através de gestos, de sons ou de palavras escritas e faladas. Os signos e códigos serão utilizados para que ele e algum interlocutor possam compartilhar tal representação. Quanto à utilização do signo, Bakhtin diz que todo signo é ideológico e de natureza social (2010a, p. 15). Portanto, as palavras escritas e faladas, as imagens e também os sons, enquanto signos, são portadores de ideologias. Bakhtin (2010a, p.45) diz que não se pode “*separar a ideologia da realidade material do signo.*” O signo, enquanto verbal, vai além de uma representação linguística. Ele é uma construção discursiva que permite várias leituras de acordo com o contexto em que é lançado. Portanto, um acontecimento não é somente um acontecimento quando passa a ser representado e materializado pela escrita. Ele terá sua relevância de acordo com a construção discursiva dada a ele.

---

<sup>3</sup>Texto original: “language is central to meaning and culture and has always been regarded as the key repository of cultural values and meaning”. Trad. Fábio Agra

<sup>4</sup>Texto original: “Language is one of the ‘media’ through which thoughts, ideas and feelings are represented in a culture. Representation through language is therefore central to the processes by which meaning is produced.” Trad. Fábio Agra.



Entretanto, Moscovici (2007, p. 8) afirma que as representações são “sustentadas pelas influências sociais da comunicação” e “constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.” Por outro lado, Chartier (2002, p. 17) diz que as representações são sempre forjadas por determinados agentes sociais:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Neste caso, a hipótese levantada é a de que os jornalistas forjam representações dos acontecimentos utilizando discursos que vão ao encontro dos seus interesses e de determinados grupos sociais. Estas representações se apresentam como poder e dominação onde,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custo de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (CHARTIER, 2002, p. 17)

Como salienta Motta (2012, p. 30), “o homem não apenas representa o mundo, mas o constitui, na medida em que o nomeia e classifica.” O discurso, imbuído de palavras, designa pessoas, serve para refletir sobre suas atribuições na sociedade, para classificar e ordenar os grupos e não pode ser destacada dos interesses dos veículos de comunicação que se propõem a informar sobre determinados acontecimentos. É por meio da linguagem – e, mais precisamente, da palavra – que os jornalistas estruturam e materializam um aspecto da realidade. Bakhtin (2010a, p. 36-37) destaca que “é precisamente na

palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica”.

Posto isso, ainda se fazem presentes na imprensa, lugar onde o uso da palavra é primordial, de alguns países da Europa, como Inglaterra, e também nos Estados Unidos e Brasil, as representações socioculturais e político-religiosas de grupos como se estes fossem um simulacro de todo um povo, como se as sociedades não fossem heterogêneas. Uma imagem veiculada pela TV Al Jazeera<sup>5</sup> aponta para uma perspectiva contrária a esta: no momento do anúncio da renúncia de Hosni Mubarak encontram-se na Praça Tahrir muçulmanos fazendo a ablução, posição característica da oração muçulmana, e os cristãos coptas, de pé (RESENDE, 2013, p. 16). A imagem revela que cristãos e muçulmanos podem ocupar um mesmo lugar e buscar algo em comum. Mas para além dos discursos da imprensa que homogeneizam os árabes e põem em oposição muçulmanos e cristãos, há também as análises sobre as revoltas árabes feitas a partir da segregação entre xiitas e sunitas:

Tudo no Oriente Médio passou a ser analisado em termos de ‘sunitas e xiitas’. Desde que começaram as revoltas no mundo árabe, no início de 2011, o jogo da simplificação continua. No Barein, os manifestantes são descritos como “xiitas” manipulados pelo Irã contra os governantes sunitas. Isso significa esquecer os cidadãos de confissão xiita simpatizantes do poder vigente, bem como os de confissão sunita que simpatizam com a causa dos opositores. No Iêmen, a revolta houthi dos simpatizantes da dinastia real que por muito tempo governou o país é vista apenas como um fenômeno ‘xiita’, em razão exclusivamente da influência do Irã. (CORM, 2013, p. 26)

Essa representação oblitera aspectos do cotidiano compartilhado por muçulmanos, cristãos, e também judeus, como se estes fossem impedidos de uma convivência pa-

---

<sup>5</sup>Cf em: <http://www.aljazeera.com/video/middleeast/2011/02/201121118020759495.html>.  
ou em <http://www.youtube.com/watch?v=l6IGxpp2rqe>. Acesso em: 21 ago. 2013.

cífica ou mesmo de adquirir modos de vida do outro. Gresh (2011, p. 6-7) lembra que “curdos e árabes, cristãos e muçulmanos, ortodoxos e católicos, sunitas e xiitas vivem lado a lado há muito tempo, em geral em bons termos, às vezes em rivalidade, vez ou outra em enfrentamento direto.”

A decifração e representação do acontecimento implicam ordená-lo temporal e espacialmente, atribuir-lhe características e, por fim, estruturá-lo em formas de comunicação, especialmente formas narrativas. Mas antes de algo começar a ser narrado, é preciso decifrar os acontecimentos, que são fenômenos constantes, contudo, necessitam de um sujeito interpretante para evidenciá-los. É uma categoria de sujeitos que se entende aqui como agente interpretante é a dos jornalistas. Charaudeau (2006, p. 99) salienta que: “[O acontecimento] nasce, vive e morre numa dialética permanente da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo”.

O jornalista enquanto um dos sujeitos interpretantes dos acontecimentos contribui por meio das notícias a definir as agendas de discussões do dia a dia. Suas notícias, na verdade, são relatos, são narrativas sobre os acontecimentos sob o seu prisma. Desta forma, os acontecimentos são organizados cronologicamente pelos jornalistas através de suas narrativas. Parafraseando Paul Ricouer, Motta (2005, p. 30) afirma: “O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de modo narrativo e a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da experiência temporal”.

A narrativa é por onde o ser humano compreende o passado, o presente e o futuro a partir de sua própria observação de mundo. Complementa Motta (2007, p. 143):

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores, etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem cronológica e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo.

Por meio da narrativa, o jornalista contribui para a representação do real e do tempo, pois atua no campo da produção cultural. Ele almeja prover os leitores de conhecimento sobre o mundo ao tempo em que tece o presente e reafirma valores. Para Traquina (2012, p. 21), “os jornalistas veem os acontecimentos como “estórias” e as notícias são construídas como “estórias”, como narrativas”.

Os estudos da narrativa, que no início do século 20 versavam preferencialmente sobre a literatura, a partir da segunda metade do século passado, começaram a agregar o campo jornalístico, cujos elementos configuram uma narratividade, ou seja, produção de significações e sentido das coisas (MOTTA, 2007, p. 143-145).

Contudo, é com os estudos literários que se inicia um novo paradigma na análise das narrativas, concebidas não apenas pelo viés da interpretação, mas também da interação entre autor/interlocutor e condições de produção/organização (MUNGIOLI, 2002, p. 50). Tal perspectiva encontra-se também em Genette (1995, apud Resende 2009, p.35), que Resende expõe da seguinte maneira:

No que diz respeito à narrativa [...] são três os níveis que se deve considerar: o como, o quê e o quem. Trata-se, sob a perspectiva deste autor de levarmos em consideração o discurso da narrativa, onde é preciso refletir sobre o contexto e o modo narrativo, além de considerar o sujeito que narra a história.

Da mesma forma, a narrativa jornalística deve ser compreendida como resultante da interação entre os sujeitos. No ato da recepção, o leitor/ouvinte interage com o autor e o texto. “A narrativa não é vista como uma composição discursiva autônoma, mas como um dispositivo de argumentação entre sujeitos” (MOTTA, 2007, p. 147). Nesse processo de interpretação do mundo e interação do locutor/interlocutor é que se revelam as construções sócio/históricas previamente armazenadas nos sujeitos. Resende (2009, p. 33) diz que “o ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, repre-

sentações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo.”

A narrativa jornalística é entendida como uma ação de interpretar, estruturar e representar os acontecimentos em/de um determinado tempo e lugar sob os pontos de vistas dos sujeitos que a compõem. A análise de narrativas permite “interpretar as ações dos homens e as relações sociais, compreender o ser humano e o mundo onde ele vive.” (MOTTA, 2012, p. 23).

Os discursos e imagens relativos às pessoas e acontecimentos estão submetidos a pontos de vistas do próprio jornalista, da empresa que o contrata e, em última instância, do próprio público ao qual se destina o meio de comunicação. Motta (2007, p. 143-145) salienta: “O discurso narrativo literário, histórico, jornalístico, científico, jurídico, publicitário e outros participa dos jogos de linguagem, todos realizam ações e *performances* socio-culturais, não são só relatos representativos.”

As imagens e discursos enunciados não dizem respeito exclusivamente à posição individual de quem os elabora. É preciso considerar a existência de todos aqueles que contribuem para a produção/veiculação da notícia e, no extremo da cadeia, o próprio leitor:

O jornalista perscruta os fenômenos (na prática, esquadrinhando outros jornais) e seleciona e distorce, e o mesmo faz o leitor quando recebe o produto acabado, as páginas de notícias, e o mesmo ainda faz todos os intermediários. E o mesmo fazem, supomos, as pessoas de um modo geral quando relatam algo. (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 72)

A narrativa jornalística se difunde por meio das modernas tecnologias da informação e da comunicação, que podem levar uma história para milhões de pessoas de uma só vez. Ela tem o poder de ordenar o mundo, classificar, valorar positiva ou negativamente os agentes sociais, as instituições sociais, as unidades políticas, constituir realidades em poucos segundos:

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) linguísticas e extralinguísticas para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário (MOTTA, 2007, p. 144).

As narrativas potencializam as tipificações e, especialmente por meio da linguagem escrita, criam-se símbolos, estereótipos e representações sobre grupos e indivíduos. Berger e Luckmann (2010, p. 59) dizem que “a linguagem constrói, então, imensos edíficos de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo”. A construção de símbolos se torna tangível por meio da narrativa, e esta é substância primaz para tal realização.

O jornalismo é uma das instâncias que ajudam a apresentar e difundir o que acontece no mundo, ainda que haja diferenças nos modos de representação da realidade e que interesses precisos possam ser encontrados por trás das interpretações dos acontecimentos. As escolhas do jornalista e dos veículos de comunicação e os modos peculiares com que são retratados os acontecimentos, com ênfase em termos e expressões, estão contemplados no conceito de enquadramento (*Newsframes*), como o concebe Entman (1991, p. 7):

Enquadramentos residem nas propriedades específicas da narrativa de notícias que encorajam aqueles a perceber e pensar sobre os acontecimentos para desenvolver determinado entendimento deles. Enquadramentos da notícias são construídos de/e incorporados nas palavras-chave, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais enfatizado em uma narrativas jornalística. [...] Ao fornecer, repetindo e reforçando, assim, as palavras e as imagens visuais que fazem referência a algumas idéias, mas não outras, os enquadra-

mentos fazem algumas ideias mais salientes no texto e outras nem tanto - e outras totalmente invisíveis.<sup>6</sup>

Nesta perspectiva, o uso constante de determinados termos depreciativos para representar e explicar o mundo árabe, muçulmanos ou mesmo as revoltas árabes se constitui um entrave a outras possibilidades de narrativas e análises. A heterogeneidade dos grupos envolvidos nas revoltas árabes, por exemplo, e as demandas em cada país apontadas pelos seus manifestantes não se fazem presentes nas narrativas jornalísticas e, conseqüentemente, os leitores veem os árabes por meio de uma representação em que estes são dependentes da ajuda financeira, política e externa, sobretudo, dos Estados Unidos porque os textos jornalísticos prezam em descrevê-los assim.

Resende (2013) chama a atenção para o fato de que as narrativas das grandes mídias desconsideram as múltiplas identidades que convergem nas ruas, nas praças e no cotidiano e prezam por uma lógica binária – colonizador/colonizado, dominador/dominado – que estreita as formas de perceber e narrar o mundo e que, ainda hoje, servem para estruturar o pensamento ocidental:

Habitados à reiteração de uma lógica binária, e ainda alimentados por narrativas das grandes mídias que insistem em nos chamar atenção para as segregações, desconsideramos esses modos de vida e suas geografias como lugar de reflexão. Atribuímos sentidos aos acontecimentos e estruturamos nossos pensamentos, instrumentalizados por quadros ideológicos que muitas vezes descrevem e sustentam os binarismos, relegando à ideia de desvio ou exceção formas de vida multifacetadas constituídas no exercício do cotidiano. (RESENDE, 2013, p. 13)

---

<sup>6</sup>Texto original: “Frames reside in the specific properties of the news narrative that encourage those perceiving and thinking about events to develop particular understanding of them. [...] By providing, repeating, and thereby reinforcing words and visual images that reference some ideas but not others, frames work to make some ideas more salient in the text, others less so – and others entirely invisible”. Trad. Fábio Agra.

O jornalismo é uma instância onde ideias e ideologias são propagadas. É o campo onde as representações podem ser postas em larga escala, podendo ser tomadas como verdade pelo público. Contudo, no jornalismo, muitas vezes, as ideologias não se apresentam tão claramente nos discursos. Assim, as representações sobre um determinado grupo podem ser reforçadas e enraizadas na sociedade sem que esta note a influência que o discurso presente na narrativa está exercendo em seu meio social. Fairclough (2001, p. 118-119) afirma:

Embora seja verdade que as formas e o conteúdo dos textos trazem o carimbo (são traços) dos processos e das estruturas ideológicas, não é possível 'ler' as ideologias nos textos. [...] isso é porque os sentidos são produzidos por meio de interpretações dos textos e os textos estão abertos a diversas interpretações que podem diferir em sua importância ideológica e porque os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos – são processos entre as pessoas – não apenas aos textos que são momentos de tais eventos.

Por isso, as teorias das representações trazem uma reflexão acerca das narrativas midiáticas, onde as ideias e ideologias não estão tão claras, porém, implícitas nos mais diversos discursos imagéticos e escritos (SOARES, 2009, p. 20). É por meio destas representações que os jornalistas conseguem estabelecer perspectivas sobre grupos e acontecimentos. Soares credita, também, aos meios de comunicação sua presença na constituição da vida na sociedade contemporânea em duas situações distintas – uma “real, concreta, do cotidiano vivido”; e outra imaginária. Esta última:

[...] transporta as pessoas para além do horizonte cotidiano por meios virtuais, produzindo experiências vicárias de fatos não vivenciados diretamente e construindo representações tanto sobre sua experiência direta como sobre temas distantes do dia-a-dia dos membros da audiência. Como aparentam ser ou mesmo se apresentam como um retrato do mundo, essas representações instauram certos vieses, os quais, no âmbito discursivo, sugerem que esse é o modo de ser da sociedade representada, podendo servir para



fixar ou confirmar estereótipos étnicos, sociais, de gênero, profissionais. Trata-se ora da instauração de padrões “normais” ou “modelos”, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, minorias etc. (SOARES, 2009, p. 20)

As narrativas sobre as revoltas árabes podem desvelar o olhar do Ocidente sobre o Oriente. Entende-se que se sobressaem na imprensa muito mais os aspectos beligerantes dos árabes do que aspectos, como o convívio pacífico entre pessoas de religiões diferentes, e também os que seguem as diferentes vertentes da religião islâmica, como xiitas e sunitas, ou mesmo do cotidiano das pessoas ordinárias. Esse universo particular da narrativa jornalística se torna a combustão para que estas representações do Ocidente sobre o Oriente prevaleçam.

### **O espelho turvo do Ocidente ainda se reflete nas narrativas sobre os árabes**

A cristalização dos árabes e muçulmanos como radicais, irracionais ou, até mesmo, terroristas leva-nos a inquirir qual o papel dos meios de comunicação nas sociedades, sobretudo, os meios brasileiros. Pois, compreende-se que há discursos provenientes da imprensa que corroboram para a manutenção de estereótipos e estigmas em benefício de grupos e ideologias dominantes, sendo desconsideradas pelos meios jornalísticos a heterogeneidade dos povos, as múltiplas identidades que ocupam um mesmo espaço e a diversidade de ideias que se fazem presentes, por exemplo, em uma praça que serve de local para protestos.

Ao tratar de acontecimentos externos, neste caso das revoltas árabes, as revistas *Veja* e *CartaCapital* se posicionaram discursivamente sobre quais os rumos que as revoltas poderiam tomar. Elas deram vozes a alguns atores sociais e realizaram análises sobre a conjuntura política da região. Com isso, convidaram leitores a se situarem, mesmo que distantes fisicamente, no espaço geográfico dos povos árabes e a inferirem também suas leituras sobre tais acontecimentos, levando-os a considerar os textos como verdades irrevogáveis ou não.

Portanto, as narrativas jornalísticas são intermediadoras entre o acontecimento e a leitura que fazemos dele, e por meio delas ficamos sabendo o que acontece do outro lado do mundo. Por outro viés, há de se considerar que os relatos que são transmitidos a nós estão cheios de pontos de vistas, distorções e, principalmente, pautados por interferências culturais, ideológicas, econômicas e políticas dos jornalistas e dos meios que os empregam. Entendendo tais questões como eixos centrais que interferem nos discursos da imprensa, este trabalho procurou considerar, em sua análise sobre as revoltas árabes de 2011, pontos que corroborassem com a hipótese, principalmente no que tange aos discursos produzidos por países externos ao mundo árabe, de que os veículos de comunicação, sendo brasileiros, prezam por uma narrativa que usam constantemente termos depreciativos ou utilizam referências estrangeiras para basilar seus discursos, levando assim a manutenção de poder, ao menos simbolicamente, de um sobre o outro, neste caso de países economicamente potentes sobre os árabes. Por isso, se faz importante a teoria do enquadramento de Entman, no que diz respeito ao uso constante de termos e expressões para qualificar grupos, as inferências de Fairclough sobre ideologia no discurso, assim como as de Chatier sobre representações, e as considerações de Said.

O conceito de ideologia proposto por Fairclough indica que as ideologias são significações da realidade, “construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”. Desta forma, para Fairclough (2001, p. 117), “as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’”.

No quadro 1, que traz as reportagens logo após a queda de Hosni Mubarak no dia 11, há um frenesi da *Veja* e uma ressalva da *CartaCapital* ao procurar entender o que vem depois de Mubarak. As revoltas, especialmente no Egito, ganharam a atenção de todo o mundo. A Praça Tahrir virou símbolo das insurgências e um governo de transição chefiado por militares foi criado. Com a queda de Hosni Mubarak, o caminho para inúmeras análises estava aberto, pois o Egito era o principal aliado dos Estados Unidos no Oriente

Médio, com exceção de Israel; era o país que mantinha relações amistosas com os judeus e trabalhava nos acordos de paz entre palestinos e israelenses. Além disso, o Egito recebia mais de 2 bilhões de dólares dos Estados Unidos como ajuda. Todas essas questões estavam em jogo com a queda de Mubarak, o que fez arrefecer os discursos daqueles que desejavam que essas alianças fossem mantidas. Em contraposição, elevou os ânimos dos que queriam o rompimento entre o país e os Estados Unidos.

Data: 16/02/2011	Fragmentos de reportagens Revista <i>Veja</i>
Rep. Diogo Shelp	<p><b>A espada se impôs à praça</b> <i>Subtítulo:</i> O <b>golpe militar</b> que derrubou o ditador egípcio Hosni Mubarak apenas adia a questão central: o que acontecerá se os <b>radicais islâmicos</b> chegarem ao poder no Cairo?</p> <p><i>Fragmento1:</i> A maioria dos eventuais dos eleitores egípcios tem simpatia pela <b>Irmadade Muçulmana</b>, de cuja agenda não consta um item sequer daqueles que, para os ocidentais, definem a democracia. Um regime sob a égide dos fundamentalistas islâmicos garantiria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Liberdade de culto religioso, que permitisse a construção de uma sinagoga judaica ou catedral católica no Cairo?</li> <li>• Liberdade de expressão, que possibilitasse a publicação nos jornais de charges com a representação gráfica de Alá?</li> <li>• Liberdade para as mulheres frequentarem as praias de biquíni ou usarem minissaia nas ruas?</li> <li>• Liberdade para defender a existência do estado de Israel?</li> </ul> <p>As respostas a essas perguntas simples são três “nãos”. [...] Segundo pesquisa recente feita com 1000 egípcios, 85% vêm a influência do Islã na política como positiva; 82% são a favor do apedrejamento de pessoas que fazem sexo fora do casamento; 77% apoiam a tradição árabe de cortar as mãos de ladrões; e 84% defendem a pena de morte para quem abandona o islamismo.</p>
Data: 23/02/2011	Fragmentos de reportagens Revista <i>CartaCapital</i>
Rep. Antonio Luiz M. C. Costa	<p><b>Feliz oriente novo</b> <i>Subtítulo:</i> Com duas ditaduras a menos, o mundo árabe começa a mudar de feição. Até que ponto?</p> <p><i>Fragmento2:</i> A médio prazo, o pan-arabismo sonhado por Nasser pode ressuscitar mais sólido e eficaz, criando associações fundadas em instituições democráticas e não no carisma de líderes passageiros. No plano militar, a região tende a se afastar</p>

	da órbita da <u>Otan</u> – à qual são formalmente coordenados, atualmente, Egito, Jordânia, Argélia, Tunísia, Marrocos e Mauritânia, além de <u>Israel</u> –, e <u>no econômico, da tutela do FMI, Banco Mundial, EUA e União Europeia</u> , talvez seguindo modelos comparáveis aos da esquerda sul-americana (provavelmente com maior influência religiosa). <u>O mundo árabe será mais um bloco relativamente autônomo em um mundo cada vez mais multilateral.</u>
--	---

**Quadro 1** – Trechos de reportagens das revistas *Veja* e *CartaCapital* de fevereiro de 2011

A derrota de Hosni Mubarak leva a *Veja* a conclamar que a força ou a barbárie venceram, pois o título leva a esse entendimento. Ademais, o subtítulo traz uma palavra nova, que até então não tinha sido utilizada para a queda de Ben Ali na Tunísia, mas serviu para a deposição de Mubarak – golpe militar. Isso implica dizer que não foram os protestos que derrubaram o presidente egípcio, deslegitimando assim todas as manifestações que ocorreram no país. Porém, a *Veja* também traz nessa reportagem a cristalização da representação árabe ao revelar numa pesquisa, que não consta a fonte de onde os dados foram tirados, o alto índice de egípcios que é a favor da pena de morte, das punições ao adultério e aos ladrões - fundamentos totalmente contrários àqueles que são pregados nos países ocidentais. Nesse sentido, a *Veja* convida o interlocutor a entender que será nesse tipo de sociedade que os egípcios irão viver, caso os radicais, como o partido da Irmandade Muçulmana, que ela denomina dessa forma, cheguem ao poder. Neste caso, mais uma vez, a revista tem o Ocidente como parâmetro para os outros povos e prevalece a imagem construída sobre os árabes como povos não civilizados.

A *CartaCapital* aposta em um estado laico, mesmo com a Fraternidade Muçulmana (a *Veja* denomina o partido político de Irmandade Muçulmana) próxima ao poder. O título da reportagem alude a uma perspectiva positiva para o mundo árabe, até mesmo com um futuro pan-arabismo, como está descrito no *fragmento 2*, porém, não deixa de ressaltar o distanciamento dos árabes em relação aos países capitalistas.

### **Algumas Considerações**

As revoltas árabes seguem ainda seus percursos, seus desdobramentos. Muitos manifestantes foram mortos, governos derrubados, praças foram ocupadas, tornando-se símbolos dos protestos. Ainda é cedo para ter uma ideia do quanto transformadora a chamada Primavera Árabe pode ser para as populações daqueles países ou de que maneira a política externa de outros países pode ser afetada. Mas já é perceptível o quanto a escrita e a sua difusão por meio das novas tecnologias foi importante para que as ideias revolucionárias nascidas na Tunísia chegassem de maneira veloz ao Egito, Líbia e demais países.

Por outro lado, também ainda se mostra latente que os discursos jornalísticos prezam por uma narrativa que prevalece outros atores e não, propriamente, os árabes. A sensação ao ler as 32 reportagens, que foram publicadas entre janeiro e abril de 2011, é a de que não consegui ouvir as vozes das ruas, não consegui adentrar às manifestações. Por meio das narrativas das revistas, não sei exatamente como as pessoas agiam no dia a dia, quais eram os cantos, quem eram esses manifestantes. Em contrapartida, li o que os analistas e políticos dos países ocidentais pensavam a respeito do que acontecia no Egito, na Líbia e na Tunísia.

Este trabalho, então, aponta reflexões para o jornalismo brasileiro no que tange ao noticiário sobre os países árabes. As narrativas deixaram de lado as inúmeras faces da realidade que estão presentes no cotidiano das praças de protestos e se mantiveram presas a técnicas que valorizavam apenas países economicamente importantes, as fontes oficiais ou acadêmicos. Além disso, no caso da revista *Veja*, priorizou-se por uma representação que deslegitimava a Primavera Árabe e os grupos que estavam inseridos no processo de mudança política da região. Assim, as representações e narrativas que foram produzidas e publicadas permanecem em um ciclo, sem rupturas, justamente o contrário do que as mobilizações pretendiam: que era mover a roda da história, criando novas possibilidades de o mundo ser narrado.

## ARABS IN REVOLTS: NARRATIVES AND REPRESENTATIONS OF BRAZILIAN MEDIA PRESS

### ABSTRACT

When started the riots of 2011, terms as radical Islamic and fundamentalists still excel in the narratives of the press and defiled the first analyzes to explain the objectives of insurgencies and qualify the groups that lay ahead. The interests of the people of the countries involved in the riots were minimized. This paper aims to reflect on the narratives and representations with respect to the revolts of 2011. Reflection involves the theory of newsframe, as proposition Entman (1991); the media therefore construct representations which, according to Chartier (2002) " are always determined by the interests of groups that forged them". Furthermore, we used to analyze the Social Discourse Theory , proposed by Fairclough (2001) as a theoretical and methodological support.

**KEYWORDS:** Arab revolts; Discourses; Narratives; Press; Representations.

### REFERÊNCIAS

- BAKHITIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes 2007.
- BERGER; Peter; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CASTELLS, Manuel. A mídia de massas individual. *Dossiê 01 Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 1, p. 12-15, jan. 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discursos da mídia*. São Paulo: Contexto. 2006.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. v.1. Florianópolis: Insular, 2012.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Alges-Portugal: Difel, 2002.
- COSTA, Antonio Luiz M. C. Feliz Oriente Novo. *CartaCapital*. Ano XVI, n. 634, p.58-61, 23 fev. 2011.
- CORM, George. Cristãos X Islã, Sunitas X Xiitas: por uma análise profunda dos conflitos. *Le Monde Diplomatique Brasil*. ano 6, n. 67, p. 26, fev. 2013.
- ENTMAN, Robert M. Framing U.S. Coverage of International News: Contrasts in Narratives of Kal and Air Incidents. *Journal of communication*. v. 41, n. 4, p. 7, 1991.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. da UNB, 2001.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe Ruge. A estrutura do noticiário estrangeiro. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999. p. 61-73.

GRESH, Alain. Os caminhos da liberdade. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Dossiê O despertar do mundo árabe. São Paulo, ano 1, n. 06, p. 6-7, jul.-ago. 2011.

HALL, Stuart. Introduction. In: HALL, Stuart (Org.), *Representation*. Sage Publication, 2013. p.xvii-xxvii.

LEWIS, Justin et. al. Images of Islam in the UK: The Representation of British Muslims in the National Press 2000-8. In: PETLEY; RICHARDSON. *Pointing the finger: Islam and Muslim in the British Media*. Oxford, England: OneworldPublications, 2011. p.40-65.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.) *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 143-167

\_\_\_\_\_. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. *Contratempo*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Niterói. UFF, 1º semestre/2005, n. 12, p. 23-49, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Por que estudar narrativas? In: MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandira (Org.). *Narrativas Midiáticas*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 23-45.

MUNGIOLI, Maria Cristina Palma. Apontamentos para o estudo da narrativa. *Comunicação e Educação*. São Paulo, v. 23, p. 49-56, jan.-abr.2002.

NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.

PETLEY, Julian; RICHARDSON, Robin. *Pointing the finger: Islam and Muslim in the British Media*. Oxford, England: OneworldPublications. 2011.

RESENDE, Fernando. O Jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. *Revista Galaxia*, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Fernando. *(Est)ética da praça: rua, mídia e partilha*. Intexto, Porto Alegre, n.28, p.1-31, Julho 2013.

*SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SHELP, Diogo. A espada se impôs à praça. *Veja*. São Paulo, ano 44, n. 7, p. 78-81, 16 fev. 2011.

SOARES, Murilo César. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros: para além do choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

*Recebido em 30/04/2014.*

*Aprovado em 13/08/2014.*